



Resumo Expandido (Pôster): Eixo 7: Educação Especial

O CAPACITISMO COMO BARREIRA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Aline Marques Copetti - UCS*

Cláudia Alquati Bisol - UCS**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir os conceitos de capacitismo, percebendo-o como barreira para a inclusão escolar. Para isso, realiza uma revisão da literatura, trazendo elementos históricos referentes às pessoas com deficiência, relacionando-os com os conceitos de capacitismo. Assim, torna-se possível concluir que a visão anticapacitista na sociedade e na escola é essencial para eliminar barreiras e tornar a inclusão mais efetiva.

Palavras-chave: Capacitismo. Anticapacitismo. Inclusão escolar.

Introdução: aspectos históricos

Ao longo da história, as pessoas com deficiência passaram por períodos de extermínio, exclusão, caridade, assistencialismo, institucionalização, segregação e integração. Mesmo com a perspectiva da inclusão, ainda são alvos de opressão social, que motivaram e ainda motivam lutas sociais necessárias (SILVA, 1987; FRANÇA, 2014), como a luta contra o preconceito direcionado às pessoas com deficiência, hoje denominado como capacitismo, assim dando maior visibilidade para esta discriminação social, colocando-a ao lado de outras lutas sociais, como racismo, classismo, entre outras (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

Durante o séc. XVIII, predominou uma visão caritativa da deficiência (SILVA, 1987; CAMBI, 1999; JANNUZZI, 2017). A partir do séc. XIX, com o avanço da medicina, a deficiência passou a ser objeto de cura ou reabilitação, com o objetivo de tornar a pessoa com deficiência o mais funcional possível, dentro de um padrão de normalidade condizente com os objetivos de uma sociedade capitalista, com foco na produtividade e no utilitarismo (DINIZ, 2007; JANNUZZI, 2017). Este discurso biomédico veio superar as narrativas religiosas que ligavam a deficiência ao pecado ou à ira dos deuses, e que a percebiam como uma tragédia pessoal, um drama familiar, ora como infortúnio, ora como benção divina (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009). No âmbito escolar, no início do séc. XIX, com a necessidade de organização das classes escolares e sistemas de ensino, planejavam-se classes mais homogêneas (ARIÈS, 1981). Deu-se início às escalas de classificação e medição de níveis de Quociente de Inteligência

*Mestranda do PPGEduc da Universidade de Caxias do Sul-RS. Professora da RME de Caxias do Sul-RS.

**Doutora em Psicologia. Professora Curso de Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Psicologia da Universidade de Caxias do Sul, RS.



(QI), no início do séc. XX. Ainda havia a segregação nas classes especiais, mas era o princípio da integração da criança com deficiência nas escolas comuns. A deficiência começava a receber um olhar pedagógico, embora ainda bastante influenciado pela visão médica, que orientava o trabalho dos professores (JANNUZZI, 2017).

No final do séc. XX, houve importantes movimentos, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), com o reconhecimento de todos como iguais, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 1988), e também a Declaração de Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), reconhecendo que cada criança possui características, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas. Assim, no início do séc. XXI, é estabelecida a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva - PNEE (BRASIL, 2008), que defende o direito de todos os alunos estarem juntos, convivendo e aprendendo. Dessa forma, como resultado desses movimentos sociais e políticos, crianças com deficiência começaram a ser matriculadas em classes comuns. Contudo, mesmo com o ingresso dessas crianças nas escolas regulares, elas continuaram enfrentando discriminação, igualmente a outros grupos marginalizados socialmente, como resultado de crenças culturais antigas sobre a deficiência na sociedade (VALLE; CONNOR, 2014).

Apesar desse contexto histórico, não havia um termo que denominasse a discriminação por motivo de deficiência. Pode-se afirmar que especificá-la como capacitismo é um passo que contribui com o avanço das políticas e transformações culturais. Pensando nisso, por meio de uma revisão bibliográfica, objetiva-se discutir os conceitos de capacitismo, percebendo-o como barreira para a inclusão escolar das crianças com deficiência, como também com outras dificuldades de aprendizagem. Na literatura internacional, o capacitismo vem sendo abordado desde o início dos anos 2000. No Brasil, surge como demanda política, em 2011, na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (II CNPLGBT).

Como categoria analítica, no país, o capacitismo - traduzido de *ableism* -, aparece, pela primeira vez, em 2013 (MELLO; FERNANDES; GROSSI, 2013). Como reflexo das crenças religiosas e do tratamento médico das pessoas com deficiência, a discriminação contra estas pessoas ainda é presente no contexto atual, tendo o capacitismo como barreira para a inclusão escolar. Por outro lado, percebendo algumas mudanças já ocorridas, é possível compreender que a inclusão não é um processo pronto, mas sim em desenvolvimento, numa construção que demanda, conforme Lima, Braun e Vasques (2021), constante vigilância epistemológica, política e ética.

O capacitismo como barreira para a inclusão escolar



O capacitismo se evidencia como uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função de ideais de corponormatividade relacionados à funcionalidade e à beleza, e também as generaliza como incapazes em todas as esferas da vida: pessoal, profissional, social. Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e mobiliza a avaliar o que as pessoas com deficiência são *capazes de ser e fazer* para serem consideradas plenamente humanas. Outrossim, concepções capacitistas produzem e reproduzem ambientes excludentes e constituem identidades e relações de forma negativa (MELLO, 2014; 2019). Além disso, ser visto como incapacitado relaciona-se diretamente com a discriminação e tem como consequência uma restrição de participação na sociedade (BISOL; PEGORINI; VALENTINI, 2017).

O capacitismo é resultado do contexto histórico das pessoas com deficiência, conforme afirmam Marchesan e Carpenedo (2021, p. 53):

Enxergar a pessoa com deficiência com base em uma perspectiva pré-concebida, limitante por natureza, provém de uma constituição sócio-histórica de pensamentos que fundamentam uma série de preconceitos. Esses pensamentos resultam em ideias que passam a ser disseminadas pelas mais distintas esferas sociais e acabam por afetar todos os sujeitos com deficiência, porque pressupõe que esses sujeitos possuem limitações que lhes incapacitam em todas as instâncias da vida, fazendo com que suas capacidades sejam suprimidas por um discurso totalizante e excludente.

Numa sociedade estruturada com valores capacitistas, a escola é também organizada com forte influência desses valores. Lima, Braun e Vasques (2021) complementam, apontando a presença da medicalização nas escolas como uma medida de intervenção relacionada aos padrões de normalidade, que geram uma redução do sujeito a aspectos biológicos, médicos e neuronais, desconsiderando a constituição política, social, psíquica, histórica e cultural de cada um. As singularidades transformam-se em sintomas e indícios de patologias ou anormalidades, que devem ser tratadas, seguindo um viés capacitista.

A naturalização e a hierarquização das capacidades corporais humanas fazem com que a pessoa com deficiência seja percebida culturalmente como incapaz e, conseqüentemente, inferior às demais pessoas. Nesse sentido, outras categorias de seres humanos podem também ser lidas como menos capazes: a mulher frente ao homem; o negro e o indígena frente ao branco; o gay e a lésbica frente ao heterossexual, a título de exemplos. Nessa perspectiva, a luta anticapacitista precisa andar lado a lado com as diferentes lutas de minorias, considerando que a discriminação não ocorre apenas contra pessoas com deficiência, tornando-se incoerente lutar apenas contra um tipo de discriminação e ser conivente com outros que, de igual forma, minimizam o valor do ser humano (MELLO, 2019).

Apesar de não existirem muitas pesquisas ou discussões que abordem o anticapacitismo nas práticas educacionais, é possível compreender que a visão anticapacitista é essencial para

que a inclusão escolar ocorra de forma efetiva. Uma escola com visão anticapacitista não deve apresentar juízo de valores e classificação dos estudantes, mas sim a valorização das habilidades e potencialidades de cada um, das suas maneiras diferentes de aprender e de se relacionar, permitindo a cada criança ser como é (LIMA; FERREIRA; LOPES, 2020). Sendo assim, a educação inclusiva apresenta a igualdade (todos têm os mesmos direitos) e a diversidade (nem todas as crianças devem ser tratadas da mesma maneira, e a escola deve adaptar-se às suas necessidades) como princípios inseparáveis (CARBONELL, 2016), possibilitando a inclusão escolar, por meio de mudanças atitudinais e não somente mudanças legais, sistemáticas, estruturais ou teóricas.

Considerações finais

A fim de possibilitar a inclusão escolar, é preciso romper com a visão capacitista, que julga os estudantes a partir de um padrão de normalidade, o que os classifica com base nos aprendizados esperados pelo currículo padrão da escola, gerando uma forma de exclusão ou separação dentro do ambiente escolar. Pelo contrário, a escola deve ser um espaço de acolhimento, reconhecendo as diferentes potencialidades e habilidades e que nem todos aprenderão o mesmo e da mesma forma. Pensar na transposição das barreiras sociais demanda uma análise crítica acerca das concepções construídas social e historicamente em relação à deficiência e que ainda influenciam e refletem nas práticas educacionais. Portanto, é possível afirmar que a reflexão e atuação de todos os sujeitos envolvidos com a educação são fundamentais para uma sociedade e escola com uma perspectiva mais inclusiva, transpondo as barreiras sociais construídas pelo capacitismo.

Referências

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BISOL, C. A.; PEGORINI, N. N.; VALENTINI, C. B. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. *Cadernos de Pesquisa*, v. 24, n. 1, p. 87-100, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://encr.pw/RYdNC> Acesso em: 15 mar. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: < <https://acesse.one/IFJAw>>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <https://11nq.com/3JomC> Acesso em: 12 mar. 2023.
- BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Unesco, 1994. Disponível em: <https://11nk.dev/X9iFZ> Acesso em: 13 mar. 2023.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <https://11nk.dev/JTToN> Acesso em: 14 mar. 2023.



- CAMBI, F. O cristianismo como revolução educativa. In: CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, p. 120-138, 1999.
- CARBONELL, J. As Pedagogias da Inclusão e da Cooperação. In: CARBONEL, Jaume. *Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa*. Trad. de Juliana dos Santos Padilha. 3. ed. Porto Alegre: Penso, p. 101-126, 2016.
- DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. *SUR*, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: <https://encr.pw/8ctkm> Acesso em: 12 mar. 2023.
- FRANÇA, T. H. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 6, n. 11, 2014. Disponível em: <https://l1nq.com/hW8C5> Acesso em: 10 mar. 2023.
- JANNUZZI, G. de M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2017.
- LIMA, A. L. de S.; BRAUN, S. M. A. H.; VASQUES, C. K. Normocentrismo tem remédio?: Considerações anticapacitistas na escola. In: CECCIM, Ricardo Burg; FREITAS, Cláudia Rodrigues de (orgs.). *Fármacos, remédios, medicamentos: O que a educação tem com isso?* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Rede UNIDA, p. 39-52, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22074z> Acesso em: 10 mar. 2023.
- LIMA, E. B. de; FERREIRA, S. de M.; LOPES, P. H. Influências da eugenia na legislação educacional brasileira: as produções capacitistas na educação especial. In: GESSER, Marivete; MELLO, Anahí Guedes de; BLOCK, Pâmela. *Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: CRV, p. 165-188, 2020.
- MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. *Revista Trama*, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021. Disponível em: <https://encr.pw/bjDUN> Acesso em: 09 mar. 2023.
- MELLO, A. G. de. *Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência*. 2014. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, SC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182556> Acesso em: 12 mar. 2023.
- MELLO, A. G. de. Politizar a deficiência, aleijar o *queer*: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook. In: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas (orgs.). *Desigualdades, gêneros e comunicação*. São Paulo: Intercom, p. 125-141, 2019. Disponível em: <https://encr.pw/TUfrE> Acesso em: 11 mar. 2023.
- MELLO, A. G.; FERNANDES, F.; GROSSI, M. P. Entre pesquisar e militar: engajamento político e construção da teoria feminista no Brasil. *Revista Ártemis*, v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: <https://l1nq.com/Fn9qW> Acesso em: 15 mar. 2023.
- SILVA, O. M. da. *A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: CEDAS, 1987.
- VALLE, J. W; CONNOR, D. J. *Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola*. Trad. de Fernando de Siqueira Rodrigues. Porto Alegre: AMGH, 2014.